

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2013 A ABRIL DE 2014

REPUBLIÇÃO
R\$

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.977.307.403,51	4.094.469,60
Pessoal Ativo	3.576.933.985,14	3.673.111,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.192.590.026,01	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	207.783.392,36	421.358,58
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.291.118.421,74	4.372,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.922.951,86	-
Decorrentes de Decisão Judicial	218.168.615,98	-
Despesas de Exercícios Anteriores	133.741.024,08	4.372,23
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.934.285.829,82	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.686.188.981,77	4.090.097,37
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		4.690.279.079,14

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.113.552.702,67
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,20%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.445.640.824,31
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.173.358.783,09
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	4.901.076.741,88

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada
AJUDA DE CUSTO	1.653.542,05
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO	114.821,66
AUXILIO MORADIA	847.848,43
TOTAL	2.616.212,14

3 - No último quadrimestre de 2013 foi apresentado o montante de R\$ 4.238.052,56, referente à coluna INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. No primeiro quadrimestre de 2014 foi cancelado R\$ 143.582,96 deste montante, conforme abaixo detalhado:

Natureza	Descrição da Conta	Valor Cancelado
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	103.816,27
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.733,33
319016	OUTRAS OBRIGAÇÕES VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0,01
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	45,38
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	32.355,97
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.632,00
	TOTAL	143.582,96

4 - Na linha "Pessoal Inativos e Pensionistas" está sendo considerado o valor referente à contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro do RPPS do Poder Executivo.

5 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de R\$ 10.000.000,00 (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

HELMUT MUTIZ D'AUVILA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANGE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

REPUBLIÇÃO

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.679.045.587,37	6.228.525.964,45	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	4.979.719.230,60	5.272.279.176,93	-	-
Interna	4.484.811.618,51	4.783.283.504,33	-	-
Externa	494.907.612,09	488.995.672,60	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	654.699.022,74	654.699.022,74	-	-
Outras Dívidas	44.627.334,03	301.547.764,78	-	-
DEDUÇÕES (II)	3.470.120.100,34	3.820.818.346,63	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.916.204.043,58	2.985.988.714,38	-	-
Demais Haveres Financeiros	764.313.671,49	910.910.141,37	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	210.397.614,73	76.080.509,12	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.208.925.487,03	2.407.707.617,82	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.561.113.114,83	11.113.552.702,67	-	-
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	53,77%	56,04%	-	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	20,92%	21,66%	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	21.122.226.229,66	22.227.105.405,34	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	19.010.003.606,69	20.004.394.864,81	-	-

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.979.719.230,60	5.272.279.176,93	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	424.072.411,61	397.359.552,04	-	-
De Tributos	5.991.402,23	5.587.000,28	-	-
De Contribuições Sociais	418.081.009,38	391.772.551,76	-	-
Previdenciárias	22.324.561,70	2.781.171,56	-	-
PIS/PASEP	395.756.447,68	388.991.380,20	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.555.646.818,99	4.874.919.624,89	-	-
Internas	4.060.739.206,90	4.385.923.952,29	-	-
Caixa Econômica Federal - CEF	339.899.227,20	407.231.109,74	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.555.571.351,87	1.792.253.576,13	-	-
União	1.965.061.354,15	1.991.548.941,93	-	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	200.207.273,68	194.890.324,49	-	-
Externas	494.907.612,09	488.995.672,60	-	-
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	287.123.208,56	293.624.166,20	-	-
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	207.784.403,53	195.371.506,40	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	179.591.552,63	179.591.552,63	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	244.778.949,50	161.758.140,02	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	569.195.780,86	61.538.994,65	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	749.698.599,18	748.838.886,71	-	-
Passivo Atuarial	682.529.457,08	682.529.457,08	-	-
Demais Dívidas	67.169.142,10	66.309.429,63	-	-
DEDUÇÕES (X)	1.036.007.600,44	1.134.237.455,01	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	181.316,36	313.222.067,66	-	-
Investimentos	1.035.599.778,81	802.310.665,37	-	-
Demais Haveres Financeiros	355.641,09	18.776.200,75	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	129.135,82	71.478,77	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	5.482.720,81	28.914.331,44	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(286.309.001,26)	(385.398.568,30)	-	-

FONTE: SIGEFES/GECON/GECEM/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público;
- O relatório foi elaborado não considerando o montante de R\$ 570.986,99 registrado no Passivo Financeiro, na conta contábil "Receitas Pendentes" (214100000);
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta não está sendo considerado o valores referente às cauções e outros valores passíveis de restituição.
- A diferença de R\$ 18.887.254,99 na linha "(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo da conta contábil "292510103 - Restos a pagar não processados liquidados", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição.
- A diferença de R\$ 924,00 na linha "(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada Previdenciária em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada referente ao 3º quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo da conta contábil "292510103 - Restos a pagar não processados liquidados", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição.
- Na coluna "Até o 1º Quadrimestre", linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo.
- Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição, na coluna "Até o 1º Quadrimestre", linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária está registrado o valor da conta contábil 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS.
- Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 473.897.481,16 registrado na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- A diferença de R\$ 849.343,65 na linha "(-) Demais Haveres Financeiros" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo das contas contábeis "112290100, 112291100, 112291200, 112291700", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição.
- Na linha "RP Não Processados de Exercícios Anteriores" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" estão sendo computados o saldo dos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores e do exercício de referência em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição.
- Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição, na coluna "Em 31/Dez/2013", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, os valores referentes aos investimentos estão segregados da Disponibilidade de Caixa Bruta.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

HELMUT MUTIZ D'ÁVILA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	14.924.795,13	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	14.924.795,13	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	14.924.795,13	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.561.113.114,83	11.113.552.702,67	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,13%	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.323.444.885,26	2.444.981.594,59	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.091.100.396,74	2.200.483.435,13	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEM/GECON/GECEM/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo, incluem garantias concedidas por meio de Fundos;

2 - Na elaboração deste demonstrativo não estão sendo considerados os valores a seguir como Contragarantia Recebida, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo). São eles:

Conta Contábil	Posição-dezembro de 2013	Posição- Abril de 2014
199520201 - Fiança Recebida no País	42.080.370,36	41.986.131,84
199550101 - Seguro Recebido no País	48.931.744,70	61.133.511,00
199580201 - Título Público Recebido no País	127.450,15	127.450,15

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

REPUBLICAÇÃO

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	341.409.947,44	341.409.947,44
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	341.409.947,44	341.409.947,44
Interna	320.812.357,15	320.812.357,15
Abertura de Crédito	320.812.357,15	320.812.357,15
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	20.597.590,29	20.597.590,29
Abertura de Crédito	20.597.590,29	20.597.590,29
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	6.114.301,82	6.114.301,82
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	6.114.301,82	6.114.301,82
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.113.552.702,67	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	341.409.947,44	3,07%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.778.168.432,43	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.600.351.589,18	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	777.948.689,19	7,00%

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	347.524.249,26	3,13%
---	----------------	-------

FONTE: SIAFEM/GECON/GECEM/SEFAZ

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

HELMUT MUTIZ D'AVILA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

REPUBLICAÇÃO
R\$

LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.690.279.079,14	42,20%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.445.640.824,31	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.173.358.783,09	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.407.707.617,82	21,66%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.227.105.405,34	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	14.924.795,13	0,13%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.444.981.594,59	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	341.409.947,44	3,07%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.778.168.432,43	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	777.948.689,19	7,00%

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/SEFAZ

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

HELMUT MUTIZ D'AUVILA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado